

25
OUT

Acórdão que culpa mulher adúltera por violência sofrida é notícia lá fora

Zulina Antunes



No acórdão, são invocados a Bíblia, o Código Penal de 1886 e até civilizações que punem o adultério com pena de morte, para justificar a violência cometida contra uma mulher por parte do marido e do "amante".

Em comunicado divulgado na sua página oficial, a amnistia expressa "profunda preocupação" face aos "fundamentos utilizados pelo Tribunal da Relação do Porto para negar provimento ao recurso interposto pelo Ministério Público, no caso em que dois arguidos foram condenados a penas suspensas pelos crimes de violência doméstica, detenção de arma proibida, perturbação da vida

privada, injúrias, ofensa à integridade física simples, e sequestro".

O diário espanhol não deixa escapar nenhum pormenor da história. Sociedades existem em que a mulher adúltera é alvo de lapidação até à morte.

"E os que impõem que os Tribunais, como órgãos do Estado, garantam os direitos e liberdades fundamentais e o respeito pelos princípios do Estado de Direito democrático, assim como promovam a igualdade entre homens e mulheres (...) bem como garantam o princípio da laicidade do Estado", recordou a APMJ.

A Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, que se deverá juntar à UMAR e à Associação portuguesa de Apoio à Vítima numa queixa conjunta a apresentar junto do Conselho Superior de Magistratura, considerou que o acórdão judicial que minimiza a violência doméstica contra uma mulher, alicerçado em censura moral, "naturaliza e desculpabiliza" ações "extremamente violentas".

E acrescentou: "o Código Penal Português de 1886, citado no acórdão do tribunal da Relação do Porto, foi revogado pelo Código Penal de 1982, revisto pelo Decreto-Lei 48/95, de 15 de Março".

Um desembargador em Portugal usou o adultério praticado por uma mulher para suspender a pena de seus dois agressores, alegando ser possível ver "alguma compreensão" nas ações do ex-marido e do ex-amante que a espancaram. "A sua utilização revela a ineficácia da justiça portuguesa", lamenta.

A justificação? "O adultério da mulher é um gravíssimo atentado à honra e dignidade do homem". "Na Bíblia, podemos ler que a mulher adúltera deve ser punida com a morte", indica o juiz.